

**AJUDA EXTERNA:** Mercado reage bem ao anúncio da carta. Juros futuros cedem de 36,05% para 35,70% nos contratos da BM&F

# Empréstimo reduzirá gastos com juros em US\$ 2,4 bi

Títulos da dívida externa pagam taxas duas vezes mais altas do que as do FMI, de 7,25%. Reservas estão em US\$ 42,6 bi

Cleide Carvalho, Aguinaldo Novo, Marcelo Aguiar e Leandra Peres

• SÃO PAULO, RIO e BRASÍLIA. O acordo entre o Governo brasileiro e o FMI prevê juros inferiores às taxas cobradas atualmente no mercado, com economia para os cofres públicos. Se usar os US\$ 37 bilhões a que tem direito em 12 meses, o Governo vai pagar cerca de US\$ 2,9 bilhões de juros ao final do período. A cifra representa uma economia de US\$ 2,4 bilhões em relação às taxas de mercado, que, para a mesma quantia, exigiriam um desembolso de quase US\$ 5,3 bilhões. A conta foi feita pelo economista Roberto Pado-vani, da consultoria Tendências.

O economista comparou as taxas dos títulos da dívida externa brasileira de maior liquidez, os C-Bonds e os IDUs, com uma média ponderada dos juros cobrados por FMI, BID, Bird e países desenvolvidos no empréstimo. O C-Bond paga hoje de 15% a 15,5% ao ano, o dobro da taxa de 7,25% do empréstimo do FMI. Já o IDU, título da dívida com vencimento em janeiro de 2001, oferece cerca de 14,5% para os investidores, enquanto os países desenvolvidos concordaram em emprestar US\$ 14,5 bilhões ao Brasil cobrando taxas entre 9,7% e 9,8% ao ano.

## Governo poderá aplicar dinheiro que não foi usado

Além de juros menores, o acordo anunciado ontem prevê que o Governo brasileiro poderá aplicar o dinheiro não-utilizado, diminuindo os custos com o pagamento do empréstimo. Nas contas do economista Marcelo Allain, do BMC, essa aplicação deve render um ganho extra de cerca de 5% ao ano. Allain lembrou ainda que, na semana passada, o Governo da Argentina lançou novos papéis no mercado e teve que pagar juros de 14% ao ano.

O mercado financeiro reagiu de forma positiva ao anúncio da ajuda. O diretor de pesquisas da corretora Hedging-Griffo, Enio Shinohara, disse que o anúncio do acordo é importante para melhorar as expectativas dos investidores estrangeiros em relação ao

país, embora ressalte que só a liberação do dinheiro não coloca um ponto final na crise. Segundo ele, o mercado internacional espera agora empenho do Governo na execução das medidas de ajuste fiscal.

— Não houve surpresas no anúncio do pacote. Agora, a expectativa vai se concentrar no comportamento do Governo na defesa das medidas previstas no acordo com o FMI — disse Shinohara.

## Analistas apostam que juros seguirão caindo 0,5 ponto ao dia

O anúncio do acordo do país com o FMI não surpreendeu, mas tranquilizou o mercado, que já começava a sofrer alguma instabilidade com sucessivos adiamentos do acordo. As projeções para os juros e o dólar caíram, nos mercados futuros, empurradas pelo anúncio. O otimismo, entretanto, foi moderado: a maior parte dos investidores prefere esperar para ver o acordo assinado e o dinheiro, liberado.

A taxa projetada para o fim deste nos contratos futuros de DI (depósitos interbancários) recuou para 35,70%, depois de fechar em 36,05% na quinta-feira. Para a segunda-feira, a taxa de ontem era de 38,5%, indicando a expectativa do mercado de que os juros sigam caindo 0,5 ponto percentual por dia. O dólar futuro

com vencimento no primeiro dia útil do próximo mês caiu de R\$ 1,203386 para R\$ 1,201671.

O Brasil deverá engordar suas reservas cambiais até o início do próximo ano em pelo menos US\$ 19,5 bilhões graças ao acordo de ajuda financeira internacional a ser assinado nos próximos dias. Segundo o memorando de políti-

ca econômica encaminhado ontem pelo Governo brasileiro ao FMI, as reservas cambiais estavam no fim de outubro em torno de US\$ 42,6 bilhões. Ou seja, caso não aconteça nenhuma nova fuga de dólares do país até o fim do ano, o país terá no início de 1999 US\$ 62,1 bilhões de reservas.

Os recursos virão das duas pri-

meiras parcelas do empréstimo de US\$ 41,5 bilhões que o Brasil poderá pegar junto ao FMI, ao Bird, ao Bid e ao Banco de Compensações Internacionais (BIS).

Assim que a diretoria do FMI aprovar o pedido de empréstimo do Brasil, o que deve acontecer em duas semanas, será liberado entre US\$ 9 bilhões e US\$ 10 bilhões que engordarão imediatamente as reservas. Destes recursos, cerca de US\$ 5 bilhões virão do FMI e US\$ 4 bilhões do BIS.

O repasse desta segunda parcela, entretanto, só acontecerá se o Brasil estiver cumprindo as metas acordadas com o FMI. Normalmente, a liberação da segunda remessa de recursos só ocorre após uma avaliação formal do programa, que, no caso brasileiro, acontecerá em março. Uma das vantagens que o país conseguiu no acordo foi que, após as liberações iniciais, o Governo brasileiro ainda terá à sua disposição US\$ 23,5 bilhões. ■

COLABOROU Cristina Canas

## A EVOLUÇÃO DA BOVESPA E DOS MERCADOS FUTUROS

